



BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

**O esboço de um projeto de desenvolvimento voltado para o mercado interno
na Primeira República**

*The outline of a development project aimed at the domestic market in the First
Republic*

Francisco Luiz Corsi; Professor de economia da Faculdade de Filosofia e
Ciências da UNESP; flcorsi@uol.com.br

Resumo: O objetivo do presente texto visa discutir o papel dos setores vinculados ao mercado interno na formulação de políticas alternativas ao predomínio do café. Estamos particularmente interessados nos setores agrários voltados para o mercado interno, que esboçaram um projeto de diversificação da economia, sem, contudo, divergir da defesa da vocação agrária do Brasil, em um contexto em que o único produto brasileiro de expressão no mercado mundial era o café. Estes setores teriam importante papel na Revolução de 1930.

Palavra Chave: Projeto de Desenvolvimento; Mercado Interno; Política Econômica; Primeira República; Estado.

Abstract: The purpose of this text is to discuss the role of sectors linked to the internal market in the formulation of alternative policies to the predominance of coffee. We are particularly interested in the agrarian sectors aimed at the domestic market, which outlined a project to diversify the economy, without, however, diverging from the defense of Brazil's agrarian vocation, in a context in which the only Brazilian product of expression in the world market was the coffee. These sectors would play an important role in the Revolution of 1930.

Key words: Development Project; Intern market; Economic policy; First Republic

B15

Brasil e América – séculos XX-XXI





1- Introdução

O projeto para economia brasileira, defendido pelas frações hegemônicas das classes dominantes, até o final da década de 1920, pautava-se, como já foi bastante assinalado pela literatura, em uma economia agroexportadora que deveria se inserir na economia mundial de acordo com a “lei das vantagens comparativas” de David Ricardo. Os demais setores, de acordo com essa visão, deveriam ocupar uma posição secundária e complementar ao eixo agroexportador da economia. A política econômica deveria, portanto, responder sobretudo aos interesses agromercantis do complexo cafeeiro. Dessa forma, não haveria espaço para a industrialização, cabendo apenas o desenvolvimento das indústrias consideradas naturais, aquelas que processavam matérias-primas aqui produzidas.

A defesa de um Brasil agroexportador foi uma constante desde o século XIX. Na virada para o século XX, Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, em relatório apresentado a esse ministério, criticava as indústrias consideradas artificiais:

O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação aos dos que nos vêm do exterior, eleva por meio de taxas ultra protecionistas nas tarifas da Alfândega, os preços dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior [...] Todo o consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que ele pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para a manutenção daquelas indústrias (apud Luz, 1978, p. 86).

Embora não fosse, como Murinho, absolutamente contra o desenvolvimento da indústria, que deveria se desenvolver sem o suporte do Estado, Américo Werneck, em discurso na Câmara dos Deputados, em 1906, assinalou: “País novo, despovoado, de recursos limitadíssimos e moeda depreciada, precisamos concentrar nossas forças em primeiro lugar na transformação dos produtos do solo” (apud Luz, 1978, p. 90). Artigo de Paulo Moraes, presidente da Liga Agrícola de São Paulo, publicado em meados da década de 1920, assinalava:

Nós, os da Liga Agrícola, somos francos partidários do livre-câmbio [que] só considera como legítimas as indústrias naturais [...] aberram dos princípios de justiça e de equidade as concessões de favores





especiais a empreendimentos, cuja condição de existência são os mesmos favores (apud Diniz, 1978, p. 231).

Alberto Torres é enfático: “O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenda a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos” (apud Luz, 1978, p. 100).

A predominância dos interesses cafeeiros ficou evidente na política de defesa do café adotada a partir do Convênio de Taubaté, quando os interesses centrais desse setor estavam em xeque e ele logrou impor sua política a despeito da oposição do governo federal e dos credores estrangeiros. Também na terceira valorização do café a burguesia cafeeira impôs seus interesses, apesar da forte oposição a tal política, que reuniu setores agrícolas voltados para o mercado interno, setores das classes médias e a burguesia vinculada ao comércio de importação, cuja expressão política foi a chamada “Reação Republicana”, que foi articulada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro e teve como candidato Nilo Peçanha na eleição vencida por Arthur Bernardes em 1922. Um dos pontos importantes da plataforma da “Reação Republicana” foi a crítica à política de defesa do café, que implicava o aumento das emissões e na desvalorização da moeda¹. Neste episódio, começou a ficar evidente as fissuras no pacto oligárquico, importantes para entendermos a Revolução de 1930².

Um dos pontos de divergência no interior da classe dominante residia no nível do câmbio³. A desvalorização da moeda, como apontou Furtado (1982), consistia em uma forma de socializar os prejuízos do setor cafeeiro⁴. Na defesa da estabilidade da

¹ Segundo Fausto (1989, p. 236): “Quando Borges de Medeiros, em nome do Rio Grande do Sul, negou-se apoiar a candidatura de Artur Bernardes, sua principal objeção era que os paulistas e mineiros haviam imposto um nome destinado a favorecer as emissões e os esquemas de sustentação do café. A acusação foi amplamente desenvolvida durante a campanha presidencial de Nilo Peçanha. O candidato da Reação Republicana protestou contra o ‘imperialismo’ econômico e político dos dois maiores Estados, declarando que a borracha, o cacau, o açúcar e outros produtos de exportação também deveriam ser protegidos”.

² Desenvolvi essa questão em Corsi (2019).

³ Além da política de defesa do café, outro ponto central de divergência residia no fato de os Estados que ocupavam o segundo plano na vida política nacional buscarem reequilibrar o pacto oligárquico, sem, contudo, rompê-lo. Visavam uma maior participação no poder e políticas de defesas de suas economias regionais (Ferreira; Pinto, 2003).

⁴ Cabe observar, no entanto, que o grosso da grande burguesia cafeeira, que tinha diversificado suas atividades, atuando também no comércio, no setor bancário, na indústria e no setor ferroviário, embora não visasse à desvalorização cambial, pois esta prejudicava parte de seus negócios, defendia a terceira valorização a partir da emissão de moeda, o que acabou contribuindo para uma maior desvalorização do mil-réis. Isto porque algumas empresas da grande burguesia do café, como o Banco Comércio e Indústria de São Paulo, estavam envolvidas na execução do plano, auferindo elevados lucros, como na valorização de 1906 (Aureliano, 1981; Saes, 1986; Perissinoto, 1994). Como mostraram Saes (1986) e Perissinoto (1994, 1999), a burguesia cafeeira não era uma classe homogeneia, pois estava cindida entre uma grande





moeda, encontrávamos, portanto, setores da oligarquia voltados para o mercado interno aos quais se somavam as frações da burguesia ligadas ao comércio de importação, as classes médias consumidoras de produtos importados e o capital estrangeiro, que tinha interesse em moeda estável, câmbio fixo e equilíbrio fiscal, pois estes eram considerados requisitos para a continuidade do pagamento da dívida externa e para assegurar as outras remessas ao exterior. Observa-se acirrado debate entre os metalistas e os papelistas, em particular sobre o papel do Banco do Brasil na condução da política monetária e creditícia. Os metalistas mineiros, como Antônio Carlos de Andrada e Mario Brant, se opunham firmemente a emissão, enquanto outros, como o paulista Cincinato Braga, defendiam a necessidade de emissão, dada à incapacidade de o sistema bancário responder às necessidades de liquidez da economia (Fausto, 1989; Franco; Lago, 2012).

Entretanto, a relação das oligarquias dos estados de menor expressão com a política de defesa do café era complexa, pois as suas frações exportadoras também se beneficiavam das desvalorizações da moeda e do incremento do volume de moeda em circulação. Portanto, esses setores apoiavam tal medida. As frações vinculadas ao mercado interno, se perdiam com a inflação, dependiam, por outro lado, da expansão do mercado gerada pela dinâmica da acumulação de capital do setor cafeeiro. Contudo, com o agravamento do problema de superprodução de café, a sustentação do setor ficava cada vez mais onerosa, aprofundando a oposição a essa política, o que evidenciava as fissuras no interior do pacto oligárquico na conturbada década de 1920 (Fonseca, 1999). A Primeira República também era pressionada pelas mobilizações operárias e pelo crescente descontentamento das classes médias, que se refletiu no surgimento do movimento tenentista.

Outro ponto importante residia no fato da desvalorização atingir negativamente as finanças públicas, à medida que diminuía as receitas provenientes do imposto sobre as importações, principal fonte de arrecadação do governo federal, e aumentava, em moeda nacional, simultaneamente, o peso do pagamento da dívida externa. A inflação também afetava o poder de compra dos salários, e isso deveria ser levado em conta pelo

burguesia cafeeira, que tinha expandido seus negócios para outros setores, e os médios capitais aplicados no núcleo produtivo, que restringiam suas atividades à produção do café. A fração dominante era a mercantil.





governo, pois essa deterioração poderia desencadear movimentos de contestação por parte da classe trabalhadora, como os de 1919, além de reduzir o consumo. Esse conjunto de setores compunha um bloco heterogêneo, nem todos vinculados à expansão do mercado interno, mas de grande importância na defesa de políticas de estabilidade cambial e monetária, portanto, contra a Terceira Valorização. A burguesia industrial, apesar de depender do consumo interno, que era comprimido pela alta dos preços, e da importação de bens de capital, era favorável à desvalorização, pois esta dificultava as importações concorrentes com a produção nacional.

Neste contexto, a política econômica na Primeira República, como mostraram, entre outros, Aureliano (1981) e Frith (1992), não respondia apenas aos interesses agroexportadores, sobretudo aqueles vinculados ao café. Respondia também aos interesses do capital estrangeiro e aos dos demais setores das classes dominantes, além de encontrar limites na situação das contas públicas e das contas externas. Um dos eixos da crise do pacto oligárquico foi justamente as disputas em torno da política econômica. Neste aspecto, pretendemos no presente texto discutir o papel dos setores vinculados ao mercado interno na formulação de políticas alternativas ao predomínio do café. Estamos particularmente interessados nos setores agrários voltados para o mercado interno, que esboçaram um projeto de diversificação da economia, sem, contudo, divergir da vocação agrária do Brasil, em um contexto em que o único produto brasileiro de expressão no mercado mundial era o café. Estes setores teriam importante papel na Revolução de 1930 e na sustentação de um projeto de desenvolvimento nacional voltado para a expansão do mercado interno e para a industrialização levado a cabo por Vargas a partir de 1930⁵.

2- O esboço de um projeto de diversificação da economia

Desde o século XIX observa-se um processo de acumulação de capital em várias regiões do país. Este processo tomou corpo a partir da introdução do trabalho livre no bojo da expansão cafeeira, que se tornou, como assinalou Silva (1981), no motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste processo, a economia brasileira diversificou-se, adquirindo especial importância o desenvolvimento da indústria. No

⁵ Ver a respeito Corsi (2000, 2019)





entanto, não existia neste período um mercado interno integrado. Grosso modo, a economia brasileira ao longo da Primeira República era composta por quatro economias regionais relativamente pouco integradas, quais sejam: Amazônia, Nordeste, Sul e região do café, sendo que Minas Gerais tinha uma estrutura produtiva mais diversificada, embora pouco desenvolvida do ponto de vista capitalista. A integração avançaria sob a liderança de São Paulo, que já na década de 1920 concentrava a maior parte da indústria e tinha a agricultura mais moderna do Brasil. Este processo de integração sob a liderança de São Paulo se aprofundou a partir da industrialização na década seguinte. A expansão do mercado consumidor, do mercado de trabalho⁶, dos mercados intersetoriais, do mercado financeiro e do mercado de terras, que constituem o mercado interno, foi fruto do desenvolvimento do capitalismo no país, que criou e integrou os seus próprios mercados. Neste processo, também se observa a expansão do sistema de transporte, importante para a integração desse mercado⁷.

Embora não houvesse um mercado interno plenamente integrado em escala nacional até a década de 1920, havia importantes mercados regionais e inter-regionais. Não só parte da agropecuária, como a de Minas Gerais, estava fortemente ligada ao mercado interno, mas também setores produtores de açúcar, como os usineiros do norte fluminense, e produtores de algodão. No caso do açúcar, isto ocorreu paulatinamente desde a perda de relevância do produto brasileiro no mercado internacional, verificada sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Esta situação levou a um acirramento da disputa pelo mercado, em particular do Centro Sul, processo

⁶ No processo de formação do mercado de trabalho no Brasil, observa-se importantes diferenças regionais, refletindo o fato da economia brasileira se basear até 1930 em economias regionais bem delimitadas, não obstante o processo de integração do mercado interno tenha avançado ao longo da Primeira República e encontremos importantes mercados locais, regionais e inter-regionais neste período. Por razões políticas, econômicas e ideológicas a região dinâmica da acumulação de capital, São Paulo, encaminhou a formação de seu mercado de trabalho por meio de massiva imigração internacional, patrocinada pelo Estado, mas também absorvendo crescente volume de força de trabalho nacional, em especial a partir dos anos de 1920. Processo importante para a constituição de um amplo exército industrial de reserva, condição fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Enquanto outras regiões menos dinâmicas, como o Nordeste, a Amazônia e Minas, valeram-se do excedente de mão-de-obra gerado ao longo da fase colonial e do Império para a formação de seus mercados de trabalho. O aprofundamento da unificação do mercado de trabalho é um dos aspectos centrais da constituição de um mercado interno integrado, que ocorreu sob o comando da acumulação de capital (Tessari, 2020).

⁷ Ver a respeito desse ponto, entre outros, as seguintes obras: Singer (1968), Cano (1983), Mendonça (1997) e Paula (2002, 2021).





acompanhado de crescente centralização e concentração de capital (Szmrecsányi, s/d). A produção média de açúcar, entre 1921 e 1930, foi de 900.000 toneladas anuais, e as exportações entre 1924 e 1930, foram, em média, de 40.000 por ano. Em 1929, o Brasil produziu 475.832 toneladas de algodão, sendo exportadas 153.915. O crescente fluxo migratório inter-regional, que foi importante para a expansão do mercado de trabalho no eixo Rio - São Paulo, também indica o crescimento do mercado interno. Outro elemento que indica a crescente relevância deste mercado, a partir da Primeira Guerra Mundial, foi o incremento do peso dos impostos de consumo na receita federal.

Segundo Grandi e Saes (2020, p. 84):

[...] a partir da eclosão da guerra em 1914, as alterações nas receitas do governo federal passaram a se relacionar não mais apenas às rendas alfandegárias, mas também a um significativo esforço das diferentes gestões do governo federal em aprimorar a arrecadação tributária relativa às atividades destinadas ao mercado que vinham, a partir de então, assumindo uma participação cada vez mais significativa no produto nacional.

O desenvolvimento de uma agricultura comercial de alimentos em São Paulo e a crescente incorporação da produção de pequenos produtores do Sul do país ao mercado interno constituem outro exemplo desse processo. Cabe destacar o forte avanço da diversificação da economia em São Paulo. Segundo Saes (1986), um dos indícios desse processo foi a perda de importância do café para o setor ferroviário. Até 1915, o café respondia por 40% do volume das mercadorias transportadas e por cerca de 45% das receitas das ferrovias da região cafeeira. Na década de 1920, esses números caíram para uma média da ordem de 20%, o que apontava para a diversificação da agricultura paulista, em particular a voltada para o mercado interno. O setor ferroviário, um dos mais importantes da economia cafeeira, passou por momentos difíceis, apresentando queda de rentabilidade e alto endividamento, o que levou à estatização de empresas e retração da participação do capital estrangeiro. (Saes, 1986, p. 271-277).

Também se observou o incremento do peso da indústria nesta década. O valor da produção industrial de São Paulo foi, na média do período, superior ao valor das exportações de café pelo porto de Santos⁸. Os interesses bancários também começaram

⁸ Segundo Saes (1986, p. 275), a média do valor das exportações de café pelo porto de Santos entre 1920 e 1929 foi de 1.388.976.633 mil-réis, enquanto a média do valor total da produção industrial de São Paulo nesse mesmo período foi de 1.409.915.887 mil-réis.





a diferenciar-se dos cafeeiros. A crescente diversificação da economia decorrente do próprio avanço da acumulação de capital dificultava, cada vez mais, a posição do café como articulador do grande capital. Esses processos resultaram na criação, em 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e, um pouco mais tarde, o setor bancário também se separaria da Associação Comercial, que, desde a década de 1890, representava diferentes setores sob o comando do grande capital comercial e, agora, não mais conseguia abrigar esse conjunto de interesses em processo de diferenciação (Saes, 1986).

O foco do conflito residia na crescente divergência entre os industriais e o comércio importador em relação à política de valorização da moeda adotada por Bernardes e a política tarifária. Os industriais defendiam a desvalorização da moeda e maior proteção alfandegária, o que era inaceitável para o setor importador. A postura da burguesia industrial, comandada por uma liderança cada vez mais ativa, entrava em conflito com todos os setores defensores da vocação agrária do Brasil, sem, contudo, representar uma ruptura. No Rio de Janeiro, onde se encontrava outro polo industrial, esse processo é anterior, data de 1904, quando da criação do Centro Industrial do Brasil (CIB) a partir de associações que congregavam interesses comerciais e industriais. Estas entidades mais abrangentes, que conviviam com várias entidades setoriais tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, também foram motivadas pela crescente preocupação com o movimento operário, visto como avanço do socialismo. A ofensiva contra as tentativas de aprovar medidas favoráveis aos trabalhadores, como a lei de férias, e de impor medidas contra os movimentos grevistas, assim como a luta pela adoção de uma política protecionista, que foi um foco de disputas no período entre diferentes frações das classes dominantes, foram importantes para aprofundar a identidade de classe. (Leopoldi, 2000).

O avanço da acumulação no setor industrial levou a expansão, neste período, de incipientes mercados interindustriais, mas a expansão do mercado ainda dependia fundamentalmente do setor exportador. O desenvolvimento das indústrias de ferro, aço, cimento, produtos de borracha, produtos químicos, produtos farmacêuticos, seda e papel e celulose indicam o avanço da diversificação do setor na década de 1920. O avanço da acumulação de capital estava criando as condições para o desencadeamento do processo de industrialização. Porém, a produção industrial continuava concentrada nos setores





produtores de bens de consumo não duráveis. Este processo contou com algum auxílio estatal por meio de incentivos e subsídios, mas sem que isso caracterizasse uma política voltada para o setor. Os aumentos dos impostos alfandegários observados no período deveram-se sobretudo aos problemas fiscais, apesar das pressões da burguesia industrial por maior proteção alfandegária (Cano, 1983; Suzigan, 1986; Dean, 1989; Leopoldi, 2000 e Marson, 2015).

A indústria era outro setor interessado na expansão do mercado interno, mas seu polo dinâmico estava desde a sua origem firmemente articulado à economia exportadora, que gerava a capacidade para importar máquinas e equipamentos, os capitais excedentes para serem aplicados na atividade industrial, o mercado de consumo de seus produtos e tinha gerado o núcleo inicial do mercado de trabalho para este setor mais dinâmico, localizado na região sudeste. Ademais, a origem do grosso da burguesia industrial paulista foi o capital mercantil gerado na economia exportadora, seja por meio dos investimentos dos grandes cafeicultores no setor, seja por meio do que Dean (1989) chamou de “burgueses imigrantes”.

A burguesia industrial paulista, que neste momento já tinha se tornado o setor mais importante da classe, apesar de ter ganhado peso econômico e articulado uma entidade própria para expressar e defender seus interesses e, portanto, ter avançado na sua organização enquanto classe, não rompeu com a burguesia cafeeira, mesmo tendo interesses específicos e divergências com esta - ambas caminhariam juntas até a revolta de 1932. Tanto é que a burguesia industrial não participou da Revolução de 1930 e apoiou o movimento constitucionalista⁹. Ou seja, a burguesia industrial não tinha na década de 1920 e no início da seguinte um projeto alternativo à economia primário-exportadora, continuava vinculada aos setores agrários e comerciais e satisfeita com o controle do movimento operário exercido pela forte ação repressora do Estado. Embora ocupassem uma posição subordinada, os setores da burguesia industrial que controlavam as grandes empresas não só participavam como ganharam espaço no arco de alianças que davam sustentação à República Velha, tanto é que conseguiram barrar

⁹Como mostrou Fausto (1976, p. 29-38), a burguesia industrial apoiou a candidatura de Júlio Prestes, não participou dos eventos revolucionários e apoiou a revolta constitucionalista de 1932. Em julho de 1929, juntamente com outras associações setoriais da indústria, o Centro das Indústrias de São Paulo lançou manifesto de apoio ao candidato de Washington Luís à presidência, enfatizando a concordância com seu programa econômico. Quando deflagrado o movimento revolucionário, as associações de classe da burguesia industrial paulista se solidarizaram com o presidente, assim como participaram ativamente do esforço de mobilização econômica para dar sustentação ao movimento de 1932.





diversas tentativas de reduzir as tarifas e lograram um aumento dos impostos alfandegários para vários setores em 1928¹⁰.

Neste contexto, alguns setores agropecuários esboçaram um projeto voltado para a diversificação da produção agrícola baseado na policultura, o que abriria espaço para os produtos que não tinham colocação no mercado internacional, o que implicava ampliar o mercado nacional - visão que não se colocava, necessariamente, como um projeto de desenvolvimento com autonomia nacional alternativo à economia agroexportadora, à medida que a intensificação da acumulação no setor exportador estimulava a ampliação do mercado interno. Essas frações, de modo geral, convergiam com os setores exportadores na defesa da “vocação agrícola do Brasil”, da inserção subordinada e dependente do país na economia mundial, e do liberalismo econômico, em especial da política econômica ortodoxa. Também convergiam na postura repressiva em relação às classes dominadas. No entanto, isto não significava que não existissem divergências entre as diferentes frações da classe dominante, que tenderam a aumentar com o avanço da acumulação de capital centrada no mercado interno, evidentes nas disputas em torno da política de defesa do café e da política cambial e da política monetária (Mendonça, 1997, p. 26-27)¹¹.

Segundo Mendonça (2013, p. 79-80), ao longo da Primeira República:

Face às dificuldades enfrentadas pela comercialização internacional de boa parte dos tradicionais gêneros de exportação do país – à exceção do café – agravar-se-iam os conflitos entre distintos segmentos da classe proprietária rural/agroindustrial, em busca de melhores condições para a colocação de seus produtos. A alternativa para os agentes ligados aos mais diversos complexos agrários regionais – principalmente o açucareiro, o algodoeiro e o pecuarista, com base no Nordeste e Sul do país – seria a reconversão produtiva para o mercado interno, estimulando uma redistribuição espacial e/ou setorial da produção agrícola, bem como o acirramento das disputas no seio da própria classe dominante.

Esses setores de classe se organizaram na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897, e a controlaram durante toda essa fase. Mendonça (2013) mostra que as diretorias da entidade, nesse período, eram compostas por representantes de setores não exportadores, principalmente do Sul,

¹⁰ Sobre a atuação política da burguesia industrial nos anos de 1920 ver, entre outros, cf. Leopoldi (2000).

¹¹ Fugiria aos limites do texto discutir esse ponto; cf. a respeito Mendonça (1997).





do Nordeste do país e do estado do Rio de Janeiro. Nota-se a ausência de participação da burguesia cafeeira. O programa desses setores consistia na diversificação da atividade agrícola direcionada ao mercado interno e na modernização da agricultura, sem qualquer alteração da estrutura agrária. Eles tiveram, ainda, papel central na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1909, sendo que entre 1913 e 1930, todos os ministros da agricultura, com exceção de um, foram da direção da SNA. Com esse controle, buscavam influenciar a formulação de políticas para o setor e conferir aos seus interesses um caráter nacional, antecipando uma tendência que se firmaria a partir de 1930, quando, por meio das políticas do Estado, as questões regionais e setoriais passaram a ser tratadas como questões nacionais. A organização e a ação política dessas frações com um programa que divergia em pontos importantes do projeto das frações exportadoras indicam certo equilíbrio instável do pacto oligárquico e os limites da hegemonia da burguesia cafeeira (Mendonça, 2013).

O projeto de diversificar a atividade agrícola manifestou-se de maneira mais clara nos momentos de aprofundamento da crise de superprodução de café, que a partir de 1898 tornou-se crônica. Cabe destacar a atuação das classes dominantes mineiras e gaúchas neste processo. Estados que desempenharam um papel central na desestabilização do pacto oligárquico e na Revolução de 1930. Evento que abriu espaço em um contexto de crise estrutural do capitalismo em escala mundial, que evidenciava a enorme vulnerabilidade das economias agroexportadoras, para a definição paulatina de um projeto nacional calcado na expansão do mercado interno, na diversificação da economia e na industrialização no período 1930-1945, capitaneado por Getúlio Vargas, o principal representante desses interesses voltados para o desenvolvimento do mercado interno.

2.1. O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais de 1903





O Estado de Minas Gerais apresentava marcada diferenciação entre as suas diversas regiões, que eram relativamente pouco integradas. Segundo Paula (2022, p. 95), desde o século XVIII Minas tinha uma economia diversificada. Embora a mineração de ouro e diamantes fosse o centro de sua economia, as atividades agropecuárias, de serviços e manufatureiras eram importantes. A magnitude da mineração de ouro possibilitou a monetização da economia, pois o ouro funcionava como meio de pagamento, o que impulsionou a sua mercantilização. Com base em uma economia “diversificada, monetizada e mercantilizada” observou-se o desenvolvimento urbano, a formação “de uma estrutura político-administrativa, de um sistema cultural e de uma estrutura social relativamente densas e complexas”.

A crise da mineração, segundo ainda o referido autor, não representou a estagnação dessa economia, que continuaria a ter um peso muito grande na economia brasileira ao longo do século XIX e XX. Minas continuou a ser o Estado mais populoso do país durante o Império, abarcando o maior número de escravos e o maior contingente da população livre. Desenvolveu-se uma agropecuária diversificada. A cultura do café ganhou especial relevo na “zona da mata” e no Sul de Minas. A mineração de ouro e diamantes se modernizou, embora continuasse baseada no trabalho escravo. Também se desenvolveram as atividades manufatureiras, sobretudo a indústria têxtil doméstica. Enfim, segundo Paula (2022, p. 96), “A economia mineira no século XIX foi marcada pela diversificação, em que a centralidade da agropecuária não deve subestimar a presença da agroindústria, das manufaturas, da mineração e dos serviços urbanos”.

A Zona da Mata, tributária dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, concentrava a produção cafeeira ao longo da Primeira República e já mostrava sinais de esgotamento em meados da década de 1920, embora a acumulação de capital centrada no café nesta região tenha propiciado certa diversificação da atividade econômica, estimulando o desenvolvimento do comércio, da indústria, dos bancos e dos transportes.

O centro da economia mineira se deslocaria a partir de 1920 para a região central. Este processo estava vinculado ao rápido crescimento de Belo Horizonte, que passou a se expandir aceleradamente neste período. Mas Minas também tinha um importante setor produtor de milho, açúcar, arroz, feijão, laticínios e carnes, assim como um setor de mineração de ferro, manganês e ouro. Estes setores agropecuários estavam na sua maioria voltados para os mercados locais, para São Paulo e, sobretudo, para o





Distrito Federal, indicando a existência de diferentes setores de classe interessados na expansão do mercado interno.

Minas Gerais era a segunda economia do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Sua economia com divisões regionais acentuadas era sobretudo agrícola. Na década de 1920, tinha o quarto parque industrial do país. Em 1920, sua produção agropecuária montava a 872,4 mil contos de réis e a industrial a 172,4 mil contos, enquanto em São Paulo esses números eram, respectivamente, 1. 201,7 mil contos e 914,9 mil contos. (WIRTH, 1989, p. 76-99).

Estas frações defendiam uma agricultura diversificada como eixo da economia. Neste aspecto, não confrontavam com a proposição dos setores exportadores que advogavam a vocação agrícola do Brasil. Apesar da importância dos interesses ligados ao café, estes não controlavam totalmente a política mineira, tanto é que o governo estadual adotou medidas que promoveram o deslocamento do eixo da economia para a região central em detrimento da Zona da Mata. Nos momentos de crise do setor cafeeiro, esboçou-se um projeto de diversificação da economia, voltado para o mercado interno, como no início do século XX e no final da década de 1920 e na década seguinte (Gomes, 2005; Barros, 2007).

As propostas de João Pinheiro talvez sejam a expressão mais clara desse projeto. João Pinheiro, republicano, empresário do setor industrial e governador de Minas entre 1906 e 1908, foi o principal articulador do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, ocorrido entre 16 e 20 de maio de 1903, em Belo Horizonte. O Congresso, organizado por iniciativa do governador de Minas, era composto por representantes da agricultura, do comércio e da indústria. Cada município indicava um representante do comércio e um da agropecuária. Os industriais foram convidados pela comissão organizadora, presidida por João pinheiro e composta por José Joaquim Monteiro de Andrade (Grande cafeicultor, envolvido em diversos negócios, cabendo destacar o Banco de Crédito Real), Jorge Chalmers (Engenheiro de minas e diretor de empresa de mineração estrangeira), Francisco Mascarenhas (Industrial do setor de alimentos), João Ribeiro de Oliveira e Souza (Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e comerciante) e Ignácio Burlamaqui (Grande Comerciante, indicado pela Associação Comercial de Minas). Observa-se um predomínio do capital mercantil. À





comissão organizadora cabia organizar o evento e sistematizar os temas e as teses que seriam discutidas no Congresso (Araújo, 2022, p. 368, 383).

Na exposição elaborada pela comissão organizadora observa-se que a questão central que ensejou o Congresso foi a crise do setor cafeeiro, que colocava a necessidade de Minas Gerais e o país buscarem alternativas para a sua organização econômica. Os congressistas, depois de analisarem a diversidade da economia mineira, que apresentaria grande potencial de desenvolvimento, apresentaram propostas para o setor cafeeiro, pois não se tratava de abandonar um setor da maior relevância para a economia brasileira. Propunham medidas para melhorar a qualidade do produto exportado, para a ampliação do crédito e criticavam o fato das exportações serem controladas por empresas estrangeiras. Embora não se opusessem à participação do capital estrangeiro na economia, o tom do Congresso era nacionalista. Na referida exposição lê-se:

[...] o café [estava] atravessando uma crise sem exemplo em nossa história econômica e financeira [...] Estas dificuldades [...] este estado desolador que tudo parece assoberbar, são, em si, em sua própria natureza, as causas determinantes dessa hora de reflexão, em que nós representando as classes produtoras e atendendo honroso convite do governo do Estado, vimos trazer o nosso concurso exíguo e sincero, a fim de indagarmos por que meios é possível a solução inadiável de uma questão que afeta, mais do que Minas, o Brasil (apud, Araújo, 2022, p. 371).

Diante da situação de crise de superprodução da cafeicultura, os congressistas sugerem a necessidade de buscar alternativas para os recursos deslocados do setor. Deveriam Minas e o Brasil buscar outras culturas tanto de consumo interno quanto externo para diversificar a economia pela policultura.

[...] o fato incontestado é que esta mercadoria [o café], em relação ao comércio estrangeiro, desequilibra a oferta e a procura, fazendo a primeira predominar sobre a segunda, determinando no vizinho Estado de São Paulo uma providência legal paralisadora do aumento da produção. A crise do café tem, como primeiro efeito, a deslocação das atividades e forças vivas nele empregadas para diferentes explorações. Ocupar, fixar e dirigir estas atividades é o ponto principal da questão. Haverá lugar para o emprego destas energias superabundantes? Haverá novas explorações de consumo certo, interno ou externo, para a colocação das mercadorias acrcidas ou novas? (apud Araújo, 2022, p. 373).





A própria crise estimulava a diversificação da atividade econômica, mas caberia ao Estado dar suporte a este processo. Porém, este suporte deveria ser sobretudo indireto, por meio de proteção alfandegária à produção nacional, do estabelecimento de vários prêmios para diferentes setores com objetivo de estimular a expansão dos mesmos e da ampliação do crédito à agropecuária. Não advogavam uma intervenção estatal mais ampla na economia, embora deixassem em aberto tal possibilidade. Os congressistas apresentaram 64 propostas visando promover o desenvolvimento e a diversificação da economia mineira. Muitas delas específicas. O setor cafeeiro foi contemplado com várias propostas, que visavam delinear uma política para a superação da crise. Dados os limites do presente texto e de acordo com os nossos objetivos, não seria possível realizar uma análise detida de todas as propostas apresentadas no evento, pretendemos apenas indicar aquelas mais relacionadas à diversificação da economia. Neste aspecto, cabe destacar as seguintes.

A resolução de número 7 defendia a conveniência “do estabelecimento da grande cultura de cereais junto às estradas de ferro, devendo o governo auxiliar o seu estabelecimento com a instituição de grandes prêmios aos maiores produtores da mercadoria de melhor qualidade”. Deveria ser dispensada especial atenção para a cultura de consumo interno do milho e seus derivados, do feijão, do arroz e das batatas. O governo do Estado deveria se empenhar junto ao governo federal para a introdução de tarifas protetoras dessas atividades. Da mesma forma, deveriam ser estabelecidos prêmios para “a cultura do algodão nas regiões onde existem fábricas de tecidos” (Resolução 8). A resolução 9 propunha incentivos à pequena produção agrícola e pecuária. As resoluções de 10 a 23 propunham várias medidas de estímulo ao setor agropecuário, em especial a criação de “escola prática de agricultura e zootécnica”, de institutos agrônômicos e de pesquisa e adoção de “tarifas aduaneiras eficazmente protetoras dos produtos da indústria pastoril mineira”. Uma proposta de grande importância referia-se à constituição de um banco de crédito agrícola (Resoluções 47 e 58). Outra preocupação presente ao longo do Congresso era em aumentar a qualidade dos produtos da economia mineira (apud Araújo, 2022, p. 388 – 390).

Os congressistas também se preocuparam com a indústria e apresentaram uma série de propostas para desenvolvê-la, em especial defendiam uma política





protecionista, que efetivamente protegesse a indústria nacional e privilegiasse a importação de máquinas e equipamentos. Defendiam a substituição dos produtos importados tanto industriais quanto agrícolas. (Araújo, 2022, p. 389-390). Nas resoluções de 25 a 27 lê-se:

Convém que o governo do Estado represente ao da União, pedindo: a) diminuição de taxas e direitos de alfândega sobre maquinismos e acessórios que não possamos produzir, importados do estrangeiro para as manufaturas; b) O imposto de proteção à indústria de fiação de algodão no país, taxando elevada e gradativamente o fio importado, por haver no país matéria-prima em abundância e manufaturas correspondentes (apud Araújo, 2022, p. 390)

As resoluções de 27 a 32 propunham prêmios para incentivar uma série de setores, como os curtumes, tanoarias, fábricas de latas e garrafas. O setor de extração mineral também foi alvo da atenção dos congressistas. As resoluções de 32 a 42 apresentam várias propostas para estimular o setor, desde mudanças na legislação que facilite a exploração dos recursos minerais até proteção alfandegária ao setor produtor de água mineral, passando pelo estabelecimento de prêmios para setores específicos e para a indústria auxiliar da mineração.

As propostas são claramente protecionistas, o que contrariava a visão liberal predominante à época. A inspiração para essa postura vinha do exemplo dos EUA. Um trecho da exposição da comissão organizadora é esclarecedor:

[...] aí está o exemplo da República dos Estados Unidos da América do Norte, nação coeva do Brasil, elevando-se rapidamente a país de primeira grandeza, pela proteção contínua, eficaz, sempre mantida de todas as suas riquezas, a todas as suas indústrias e a todos os seus trabalhos, encontrando nas tarifas protecionistas a fonte de seu deslumbrante poder da atualidade (apud Araújo, 2022, p.375).

João Pinheiro acerca do livre comércio em carta a José Januário Carneiro, datada de 3 de maio de 1903, escreveu: “Este negócio de livre-câmbio é história de bacharel desocupado que, na sua qualidade de consumidor parasita, tem horror ao levantamento dos preços da nossa produção, que, entretanto, constitui a salvação dos que trabalham” (apud Araújo, 2022, p. 395-396).

Segundo Dulci (2005), João Pinheiro, fortemente influenciado pelo positivismo, defendia um projeto de diversificação da agricultura, baseado na policultura e na pequena produção, mas isso de forma alguma significava abandonar o café. O governador de Minas (1906-1908) também defendia uma política protecionista para a





indústria nascente, além de criticar a diferenciação entre indústrias naturais e artificiais. No entanto, o setor industrial deveria ter um papel secundário na economia. Em entrevista datada em 1906, afirmou: “devo acrescentar que o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola e, dentro desta, o desenvolvimento da pequena agricultura” (apud Gomes, 2005, p. 13). O Estado deveria promover políticas neste sentido. Estas ideias de diversificar e integrar as diferentes regiões da economia mineira, direcionando-a para o mercado interno nacionalmente integrado, foram um dos eixos do Congresso. Na resolução 49 é defendida a abolição paulatina dos impostos interestaduais: “É necessária a abolição dos impostos interestaduais, devendo ser feita gradativamente” (apud Araújo, 2022, p. 393).

A postura conservadora das frações de classe representadas no Congresso fica evidente no tratamento dispensado à relação entre o capital e o trabalho, aliás, muito pouco discutida. A resolução 28 defendia que o governo deveria estabelecer escolas públicas junto às fábricas de mais de 100 operários. A resolução 63 defendia a conveniência de o governo decretar “uma lei de repressão à vadiagem, tanto nos povoados como no campo, declarando a comissão ser esta uma das maiores e mais palpantes necessidades do comércio, da lavoura e das indústrias” (apud Araújo, 2022, p. 394). Neste aspecto, esses setores comungavam com a visão aceita pelo conjunto das classes dominantes à época segundo a qual a questão operária e os problemas sociais eram casos de polícia.

Enfim, no início do século XX, em um momento de crise da economia cafeeira, setores das classes dominantes de Minas Gerais esboçaram um projeto calcado na diversificação da economia, que, embora centrado na policultura, defendia também o desenvolvimento da indústria, dos bancos e do comércio. Ecos desse projeto se fizeram presentes nos anos de 1930, quando paulatinamente foi amadurecendo um projeto nacional voltado para o mercado interno e para a industrialização. Não por acaso, encontramos propostas semelhantes em outro Estado que tinha uma economia diversificada e voltada preponderantemente para o mercado interno e que, como Minas, desempenhou um papel central na Revolução de 1930.

3- O Rio Grande do Sul e a proposta de diversificação da economia





O Estado do Rio Grande do Sul se destacava por ser a terceira economia do país na década de 1920, sendo superado apenas por Minas Gerais e São Paulo. Desde o início da República, buscou uma ação política independente, não se limitando a ser um mero satélite dos Estados predominantes, tendo importante participação nos cargos federais desde a segunda década do século XX. A ação da oligarquia gaúcha visava obter maior projeção nacional reequilibrando o pacto oligárquico, como ficou evidente, por exemplo, na sua atuação de destaque na Reação Republicana e na Aliança Liberal (Love, 1989, p. 99-122).

Nesse período, a economia rio-grandense passava por importante processo de diversificação, produzindo fundamentalmente para o mercado interno e para suprir suas próprias necessidades. Apesar de estar em declínio e ter perdido terreno político, a pecuária continuava sendo um setor importante, mas o dinamismo da economia se sustentava na diversificação da atividade agrícola e industrial. Os principais produtos agropecuários eram o charque, destinado ao consumo das classes baixas das grandes cidades do país; os couros, para exportação; o arroz, também para suprir o mercado interno; o milho; o feijão; a banha; o vinho e o fumo. A diversificação avançou, sobretudo, devido à expansão das atividades dos imigrantes italianos e alemães a partir da Serra Gaúcha, com base na pequena propriedade, cujo crescimento desdobrou-se na ampliação do mercado regional; no incremento da oferta de força de trabalho, importante para a formação de um mercado de trabalho regional; na aceleração da urbanização; na expansão do capital comercial e no desenvolvimento da indústria. Uma economia voltada para o mercado local, o que lhe conferia certo dinamismo endógeno baseado sobretudo no capital mercantil, e para a exportação de alimentos para outras regiões do Brasil. O governo estadual desempenhou um papel central neste processo estimulando a diversificação da atividade econômica e o desenvolvimento (Fonseca, 1985; Love, 1989, p. 99-122; Herrlein Jr., 2004).

Segundo Schmitd e Herrlein Jr. (2002, p. 259):

O Estado desempenhou um papel decisivo nesta trajetória econômica. Nesse período da história republicana, estabeleceu-se uma forma de Estado regional, no quadro da Federação, que dispunha de larga autonomia. No caso gaúcho, essa autonomia foi concomitante ao domínio do aparelho de Estado por uma direção política que logrou articular um arco de alianças com novas frações de classe emergentes, em lugar do domínio político das velhas classes dominantes. O Estado regional, nesse período, apoiou o processo de colonização, combateu o





contrabando, estimulou a indústria regional e o desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por encampar os portos de Porto Alegre e de Rio Grande, bem como a rede ferroviária, no contexto da chamada política de ‘socialização dos serviços públicos’ realizada por Borges de Medeiros a partir do terceiro de seus cinco mandatos de ‘presidente’ do Estado’.

Porém, essa ação estatal foi balizada por uma política de austeridade fiscal e de contenção do crédito, seguindo os preceitos positivistas predominantes no Rio Grande do Sul. Não era um projeto centrado na industrialização, mas sim na diversificação da economia. Esta experiência deve, sem dúvida, ter influenciando as concepções de Vargas a respeito do desenvolvimento e da relação do Estado com a economia.

No entanto, a propriedade da terra continuava bastante concentrada nas mãos dos grandes proprietários, que eram responsáveis pela produção de charque, arroz e couros. Também se desenvolveu a indústria, que em 1920 ocupava a terceira posição no Brasil, atrás de São Paulo e do Distrito Federal. A indústria concentrava-se nos setores têxtil, vestuário, mobiliário e outros bens de consumo não duráveis. Era uma atividade voltada para o mercado local, tendo, em grande medida, substituído a produção artesanal da região. Outro aspecto importante da diversificação da economia foi o desenvolvimento de um setor bancário composto por pequenos bancos, controlados por capital nacional, que atuavam no crédito comercial e no financiamento de capital de giro para atividades produtivas e comerciais de âmbito regional. Cabe mencionar, ainda, que o capital estrangeiro investido no Estado era predominantemente norte-americano, que investiu em empresas de serviços públicos, transporte e em frigoríficos. Este processo de desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul, embora marcado por inúmeras peculiaridades e por um dinamismo próprio, continuou articulado, como fornecedor de bens alimentícios, ao mercado nacional, que se expandia a partir do dinamismo da acumulação de capital centrada na economia cafeeira (Fonseca, 1985; Love, 1989, p. 99-122; Herrlein Jr., 2004)¹².

¹² Fugiria aos limites desse texto aprofundar a discussão acerca do desenvolvimento da economia gaúcha neste período. Além dos autores já citados, ver a respeito, entre muitos outros que tratam o tema, Singer (1968) e Herrlein Jr. (2004). Porém, sem pretender entrar no debate acerca do grau de subordinação ou de autonomia do desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul em relação ao desenvolvimento centrado em São Paulo, cabe apontar alguns poucos dados que corroboram as nossas proposições. Segundo este último autor, 70% das exportações do Rio Grande do Sul destinavam-se ao mercado nacional, sendo os principais destinos o Rio de Janeiro (32,5%), São Paulo (14,1%), Bahia e Pernambuco (Ambos somavam 12,3%), e 30% ao exterior. Entre 1900 e 1929, as exportações gaúchas cresceram 5,0%, enquanto as brasileiras, 3,7% (Herrlein Jr., 2004, p. 184, 187, 189). Esses dados indicam a importância do mercado





Nas primeiras décadas do século XX, observa-se, segundo Fonseca (1985), a articulação de um projeto, sustentado por amplos setores das frações dominantes gaúchas, baseado na diversificação da economia, em especial na policultura, voltado para o mercado interno¹³. Este projeto seria retomado por Vargas no início da década de 1930. O autor cita um trecho de um relatório da Secretaria da Fazenda, de 1909, bastante elucidativo:

A nossa indústria mais rendosa, a que produz mais para o Estado e para os particulares, é a do charque; mas é certo que é uma indústria transitória [...] que tende a desaparecer; e como nossa principal riqueza consiste na criação de gado, o futuro econômico do rio Grande do Sul está ameaçado, desde já cumpre-nos resolver o problema [...] A solução deve ser preparada desde já, mas não poderá ser momentânea, deve ser obtida por um conjunto de medidas, a desdobrarem-se lentamente, durante alguns anos [...] É primacial o cultivo de certas plantas, inseparáveis da alimentação humana e que, por esta razão, tornam alguns estados tributários de outros (apud Fonseca, 1985, p. 268)

Ao final da década de 1920, as diferentes frações das classes dominantes gaúchas, tanto os pecuaristas, que tinham perdido o controle do governo estadual com o advento da República e que defendiam a especialização da economia do estado na pecuária, quanto às forças ascendentes com a diversificação da economia, tinham se unificado em torno desse projeto a partir do Pacto de Pedras Altas¹⁴. Fonseca (1985, p. 282), que enfatiza a articulação do desenvolvimento do Rio Grande do Sul à expansão capitalista centrada na economia cafeeira, assinala:

Conclui-se, pois, que o que Castro chamou de ‘precoce desenvolvimento voltado para dentro’ coincide exatamente com o aspecto essencial da formação capitalista do Rio Grande: estar, desde sua origem, do ponto de vista local, voltada para fora. Produzindo bens agrícolas e industriais para consumo de baixa renda, a economia gaúcha pode ser teoricamente concebida, durante a República Velha,

interno para a economia gaúcha, embora esse mercado ainda não estivesse plenamente integrado, o que só aconteceria mais tarde. Quando de sua plena integração a dinâmica da economia do Rio Grande do Sul seria alterada.

¹³ Segundo Herrlein Jr. (2004, p.194), “De um modo geral, os governos republicanos [gaúchos] receberam o apoio dos setores que possuíam interesses no mercado interno da região e de grupos pertencentes às classes urbanas em formação”. Os pecuaristas, por sua vez, tinham interesse na expansão do mercado interno nacional (Fonseca, 1985).

¹⁴ Em parte, isso se deveu a convergências dessas diferentes frações na defesa da expansão do mercado nacional, à medida que aprofundava a articulação da economia gaúcha com esse mercado, dado os limites do mercado local (Fonseca, 1999).





como parte do Departamento III da economia Brasileira, ou seja, como se preferia dizer na época, ‘celeiro do Brasil’. O que na aparência era imigração de pequenos proprietários para a colonização respondia, em última instância, às necessidades do capital. A política econômica levada a efeito pelo governo gaúcho com o propósito de criar uma economia diversificada que garantisse sua autonomia colaborava, não obstante, para o seu oposto: a integração ainda maior do Rio Grande do Sul à economia brasileira. Definida esta tendência, pode-se indagar, sem qualquer pretensão economicista, se talvez não esteja aí parte da explicação para a união entre governo e oposicionistas, ao final dos anos 20, quando da ‘Aliança Liberal’: deixada de lado a polaridade entre ‘diversificação’ e ‘exclusivismo pecuário, já ultrapassada pelos acontecimentos, restava a todos a defesa do mercado interno nacional.

Os indícios apontam para a existência de diferentes frações das classes dominantes regionais, sobretudo vinculados ao capital agromercantil, interessadas na expansão do mercado interno antes da Revolução de 1930 e da crise de 1929. Estes setores esboçaram um projeto para o Brasil orientado para o mercado interno, que ganharia terreno quando do colapso da economia exportadora em 1929 e da Revolução de 1930.

4- Considerações finais

Enquanto a acumulação de capital centrada economia cafeeira conseguiu ampliar o mercado interno, a coligação entre as diferentes frações dominantes em torno do projeto de um Brasil agrário-exportador se manteve, apesar das crescentes divergências e do fato do próprio avanço da acumulação de capital gerar as condições de superação da economia agrário exportadora. Quando a economia exportadora se mostrou incapaz de cumprir esse papel a partir de 1930 essas frações vinculadas ao mercado nacional convergiram paulatinamente para compor uma instável coligação que deu sustentação a um projeto de desenvolvimento voltado para o mercado interno e para a industrialização. A discussão acerca da formulação de um esboço de projeto em torno da diversificação da economia, sobretudo por meio da policultura, na Primeira República contribui para o entendimento da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos, no momento em que a crise estrutural do capitalismo denotava o esgotamento das economias exportadoras.





5- Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria M. *Memória política de Minas Gerais: João Pinheiro da Silva e a República*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2022.
- AURELIANO, Liana. M. L. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BARROS, Nicélio do A. *Sob clima tenso: crise estrutural, arranjos institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais: 1920/1940*. 2007.
- BUENO, Newton Paulo; SUZIGAN, Wilson. Expansão do mercado interno e evolução institucional no processo de industrialização: uma análise comparativa Brasil-Estados Unidos. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, V. 1, p. 41-58, 2002.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CORSI, Frâncico L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- _____. *Política econômica e projeto nacional: uma análise das estratégias de desenvolvimento do Brasil e da Argentina (1930-1945)*. 2019. Tese de livre Docência, Universidade Estadual Paulista-UNESP.
- DEAN, Waren. *A industrialização durante a República Velha*. FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- DINIZ, Eliz. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DULCI, Otávio. *João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro*. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UGMG, 2005.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- _____. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945)*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 20, p. 6-36, 1988.
- _____. *As crises dos anos vinte e a Revolução de 1930*. In: Fausto, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. Sociedade e instituições. Tomo III, V. 2. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- FONSECA, Pedro C. D. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República*. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v 15, n 2, p. 263-289, 1985.
- _____. *Gênese e percursores do desenvolvimentismo*. FONSECA, Pedro C. D.; BASTOS, Pedro P. Z. (Orgs.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: UNESP, 2012a. p. 21-50.
- FERREIRA, Marieta M.; Pinto, S. C. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930*. In: FERREIRA, Jorge. L. ; DELGADO, L. A N. (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387-416.
- FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, LUIZ A. C. *A economia da Primeira República, 1889-1930*. SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História do Brasil nação*. V.3. São Paulo: Objetiva, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982.





GOMES, Ângela C. (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FRISTSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRANDI, Guilherme; SAES, Alexandre Macchione. Tarifas alfandegárias e indústria no Brasil durante a primeira república. GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (Orgs.). *História econômica do Brasil*. Primeira República e era Vargas. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Sociedade e Economia**. v.13, n. 1, p. 175-207, jan./jun., 2004.

MARSON, Michel D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Estado de São Paulo, 1900-1920. São Paulo, *Estudos Econômicos*, v.45, n. 4, p. 753-785, out.-dez., 2015.

LEOPOLDI, Maria A. *Política e interesse na industrialização brasileira*: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III 1. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

LUZ, Nícia. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1930)*. São Paulo: HUCITEC: 1997.

_____. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1930). *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 16, p. 73-100, 2013.

PAULA, João A. de. O mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo V.1, p. 7-40, 2002.

PAULA, João A. *O capitalismo no Brasil*. Curitiba: Kotter, 2021.

PERISSINOTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma P. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997

SAES, Flávio A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, (1986).

SCHMITD, Carlos; HIRREIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 255-284, 2002

SILVA, Sérgio S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamas. 1914-1939 Crescimento e crise da agroindústria açucareira do Brasil.

http://anpocs.com › stories › RBCS › rbc07_02





XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

TESSARI, Cláudia A. Migrações internas e formação do mercado de trabalho (1889-1945). In: GRANDI, Guilherme; FALEIROS, Rogério Naques (Orgs.). *História econômica do Brasil*. Primeira República e era Vargas. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2020.

WIRTH, Jhon. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Volume 1. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

